Capítulo 2

Favelados e *pobladores* nas teorias da marginalidade

Alexis Cortés

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORTÉS, A. Favelados e *pobladores* nas teorias da marginalidade. In: *Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 61-113. Sociedade & política collection. ISBN: 978-85-7511-477-3.
<https://doi.org/10.7476/9788575114773.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 2

FAVELADOS E POBLADORES

NAS TEORIAS DA MARGINALIDADE

Fontes teóricas e precursores

Diversas teorias, no debate latino-americano, utilizaram a categoria “marginalidade” como variável explicativa fundamental. As diversas ênfases (produtivas, de organização técnica da produção, socioculturais, políticas, demográficas) mostraram que a discussão da marginalidade não pode ser isolada dos supostos relativos aos contrastantes modelos de desenvolvimento que buscavam ser alternativa de compreensão e de superação do subdesenvolvimento (GERMANI, 1973a). Da mesma maneira, enquanto as diferentes teorias vinculavam a marginalidade urbana com a situação do atraso do continente, os programas de intervenção ou as políticas de combate à marginalidade podiam ser consideradas como estratégias de superação do subdesenvolvimento (SABATINI, 1981).

Silva (1971) propôs uma tipologia das principais correntes de interpretação da marginalidade, da qual se depreendem três modelos típicos.

- O primeiro modelo parte dos modos de produção, procurando apreender as repercussões sobre a estrutura de classes. Dentro deste modelo, o processo de acumulação capitalista engendra a formação de um segmento margi-

nal de trabalhadores sem utilidade para o sistema produtivo. Esse segmento se tornou “disfuncional”, devido à concentração monopolística do capital por parte do setor hegemônico em relação ao setor dependente ou subordinado.

- O segundo modelo situa-se analiticamente na “organização técnica da produção”, identificando-se dois setores econômicos, um moderno e outro tradicional, o que criaria um desequilíbrio no mercado de trabalho. Como consequência, há a formação de um contingente marginal sub ou não empregado, cujo traço distintivo seria um treinamento profissional inadequado.
- O terceiro estuda as características do processo de modernização, enfatizando os aspectos sócio-culturais, suas inter-relações e mútuas influências sobre os processos econômicos. Assim, o problema principal da marginalidade seria a carência de integração à vida urbana das populações que não obtêm empregos nos setores modernos da economia.

Não obstante a heterogeneidade teórica das perspectivas marginais, elas possuíam como traço comum a leitura de sua disfuncionalidade e, independentemente da matriz ideológica da análise, associavam as camadas marginais com um potencial disruptivo. Isto seja positivamente, por sua capacidade revolucionária, ou negativamente, pelos ônus que representavam para o resto da sociedade. Nesta ideia, está suposta a necessidade de mudanças na sociedade. De caráter revolucionário ou reformista, a mudança social aparece como uma questão provida de urgência (SILVA, 1971).

Em um dos estudos críticos mais completos e, ao mesmo tempo, esquecidos sobre a Teoria da Marginalidade, Jorge Giusti (1973) rastreará a origem conceitual dessas teorias na influência

dos trabalhos da Escola de Chicago, particularmente na ideia de homem marginal, elaborada por Robert E. Park (1928) e nos estudos pioneiros de Everett Stonequist (1935) sobre a personalidade marginal. Porém, o debate se “latinoamericanizará” de uma maneira bastante diferente às preocupações que animaram os autores de Chicago, adquirindo uma dinâmica e um marco conceitual próprios.

Em 1959, realizou-se em Santiago do Chile uma conferência organizada pela UNESCO sobre os problemas da urbanização na América Latina, na qual participou a maior parte dos mais destacados pesquisadores das nascentes ciências sociais latino-americanas: Herbert Blumer, Gino Germani, Philip Hauser, José Matos Mar, José Medina Echavarría, Juárez Brandão, Andrew Pearse, entre outros (HAUSER, 1962). A realização desta verdadeira cúpula das ciências sociais na América Latina expressou a importância que tinha ganhado a questão da urbanização nas preocupações dos organismos internacionais e dos governos da América Latina. A questão da urbanização era inseparável da questão do desenvolvimento, e era preciso compreendê-la para que não chegasse a se converter num obstáculo para o mesmo. A escolha do cenário não foi menor. Embora não tenha sido uma das áreas que receberam atenção especial no seminário (ao contrário de Buenos Aires, Lima e Rio de Janeiro), a cidade de Santiago, três anos antes, havia sido palco de uma das invasões organizadas de terras urbanas de maior repercussão: a tomada de terrenos da *Población La Victoria* (CORTÉS, 2008).

A tarefa, segundo foi definida por José Medina Echavarría na publicação posterior organizada por Philip Hauser (1962), era definir as questões mais importantes para o estudo da urbanização, que permitissem tomar as medidas mais adequadas para resolver os problemas urgentes ou para preveni-los. Além disso, também Medina enxergava uma oportunidade para contribuir ao desenvolvimento das próprias ciências sociais, na medida em que, embora a

urbanização fosse um fenômeno universal, na América Latina se expressava com tal particularidade que era preciso a elaboração de uma teoria adequada e própria toda vez que as teorias, então em voga, resultavam inaplicáveis nas nossas realidades (Escola de Chicago).

É ilustrativo, neste sentido, o estado do debate latino-americano sobre essa questão crucial. A *villa miseria* era o diafragma delicado que materializava o momento mais dramático da transição, onde a qualidade temporal que pareceria dar conta acabada da percepção teórica sobre ela, permanecia fixada em espaços inaceitáveis para a percepção tanto política como urbana. O seminário de 1959 em Santiago nos oferece um bom panorama do estado da pesquisa sobre esses temas, que pouco tempo atrás tinham começado a receber atenção analítica das nascentes ciências sociais. É importante se deter nessa fonte, produzida no momento do apogeu do debate Redfield/Lewis, porque se trata de um tema que rapidamente ia entrar num ciclo de enormes mutações, tanto na opinião científica como política. (GORELIK, 2008, p. 78).

Esse seminário deixou também algumas das imagens mais difundidas da questão urbana na América Latina. Particularmente, no caso do Rio de Janeiro, Andrew Pearse (1962) mostrou as favelas cariocas como um mecanismo degradado de integração dos migrantes rurais na cidade. Nesse percurso adaptativo, sobreviviam alguns traços da dependência tipicamente rural, sendo o mais importante a afinidade destes novos *urbanitas* com o populismo, o qual lhes permitiria manter a lógica paternalista de relações sociais marcadas pela subordinação a um patrão. Descomprometidos com formas de organização extra-familiares (sindicatos, associações de vizinhos) e indiferentes frente à política, a posição de clientela sob a lealdade de algum político populista se estabelece como uma im-

portante forma de integração dos favelados à vida urbana. Segundo Pearce (1962, p. 202):

O melhor meio de estudar a assimilação cultural dos imigrantes de origem rural consiste em analisar o fenômeno do *populismo*. No Brasil, o populismo é uma característica dominante da cultura urbana contemporânea. Considerada desde o ponto de vista das classes abastadas e influentes, é um esforço por preservar os privilégios e as autoridades tradicionais ameaçadas pelas instituições democráticas, pela ruptura de vínculos de dependência pessoal que mantinha a estrutura arcaica de relações socioeconômicas no espaço rural, pela independência na incapacidade do trabalhador urbano que nada tem na capital se não seu salário, e pelo desenvolvimento rápido dos meios de comunicação e de instrução que quebram o isolamento social no qual viviam as massas rurais.

O conceito de marginalidade surge na América Latina quando em fins dos anos 1950 começa a se perder o otimismo em relação às virtudes que prometia a industrialização, mediante a substituição de importações. Por isso, chama a atenção que um dos precursores do debate da marginalidade tenha sido a própria Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), uma vez que a proposta elaborada por este centro, cujo suporte intelectual foi a obra do economista argentino Raúl Prebisch (GABAY, 2008), marcou uma fase otimista do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Segundo a teoria cepalina de desenvolvimento econômico, a dicotomia centro-periferia que marcaria o ordenamento mundial poderia ser superada mediante um processo de “crescimento para dentro” industrializante, pela substituição de importações e pelo abandono da estratégia de crescimento sustentada na exportação de matérias-primas, ou “crescimento para fora” (PREBISCH, 1947).

Porém, será a própria CEPAL que publicará, em 1964, *Problemas Socio-Económicos de la Marginalidad y la Integración Urbana*, um estudo do economista Guillermo Rosenblüth em que o conceito aparecerá, de maneira pioneira, como uma categoria central. Nesse texto, que anos depois ganhará uma nova versão, desta vez publicada na *Revista Paraguaya de Sociología* (ROSENBLÜTH, 1968), o economista chileno chamará a atenção para o fato de o processo de industrialização não ter sido capaz de absorver a crescente oferta de mão de obra representada pelos grupos marginais e submarginais. Estes últimos, empregando o conceito de cidadania de T.H. Marshall, serão entendidos por Rosenblüth como aqueles grupos de pessoas que possuem certas limitações nos seus direitos reais de cidadania, pelos quais não poderiam participar de forma estável no processo econômico, sendo vedada a possibilidade de mobilidade social ascendente, evidenciando-se diferenças com outros grupos sociais em relação ao trabalho, habitação, saúde, educação e direitos.

Vale destacar que, segundo esta visão, a marginalização dos direitos não seria o produto de um trato segregador e injusto por parte das autoridades, mas sim da escassa preparação cultural desses indivíduos, que desconheceriam boa parte dos direitos dos quais poderiam se beneficiar. Apesar da transferência da responsabilidade da condição de marginalidade aos próprios marginalizados ter sido um traço bastante forte nas vertentes culturalistas das Teorias da Marginalidade, todas elas, incluindo o estudo de Rosenblüth, afirmaram a necessidade de incorporar ao processo produtivo estes enormes conglomerados humanos que seriam uma espécie de população flutuante em torno dos grandes centros urbanos do continente, representando, ao mesmo tempo, o custo social da política econômica seguida tradicionalmente. Aliás, o próprio Rosenblüth notará a estabilidade do fenômeno ao longo do tempo, pelo qual a marginalidade não poderia ser considerada como uma característica transitória. Logo, a marginalidade repre-

sentaria um obstáculo para o desenvolvimento, pelas dificuldades que suporia incorporar ao processo produtivo grupos sociais que se desempenham em áreas de escassa qualificação e cuja produtividade seria praticamente nula. A marginalidade seria um submundo, por definição, antitético ao desenvolvimento.

A CEPAL (1963), em um estudo sobre *O Desenvolvimento Social da América Latina no pós-guerra*, redigido por José Medina Echevarría, um dos mais importantes teóricos da sociologia do desenvolvimento na América Latina (MORALES, 2010), falará de “marginalidade da população rural”, salientando a existência de um setor baixo do mundo rural não integrado com as instituições do sistema de poder nacional. Os camponeses se relacionariam com o sistema nacional mais como clientela que como cidadãos. No âmbito urbano, será o próprio Raul Prebisch quem, na sua preocupação pelos fatores estruturais externos e internos que entorpeceriam o desenvolvimento econômico e social da América Latina, considerará os moradores de favelas e *poblaciones callampas* como uma das características do processo de desenvolvimento de nosso continente. Ao mesmo tempo, alertará sobre a gravidade desse fenômeno em duas dimensões: a concentração dessas populações nas cidades e a precariedade de sua existência. Tais elementos poderiam não apenas agravar as tensões sociais, desfavorecendo o investimento privado, mas também gerar um desequilíbrio social eventualmente insuperável para as economias latino-americanas, considerando que a concentração dessas populações se realizaria com uma intensidade superior ao que poderia justificar o desenvolvimento da industrialização desses países.

Para o economista argentino, o problema da marginalidade não se resolveria apenas com a construção de habitações aceitáveis ou com medidas favoráveis a esses grupos, já que tais programas atacariam apenas a manifestação exterior do fenômeno, sendo que a atenção deveria ser posta nos fatores orgânicos dos quais derivaria esse desequilíbrio social. Nas suas próprias palavras, “a solução

deve-se buscar mais profundamente, no próprio processo de desenvolvimento. Por que vem essa gente às grandes cidades? Pelas mesmas razões que tem se manifestado em todos os países já desenvolvidos. Mas, por que vem em número superior? Por que vem com tanta intensidade?” (PREBISCH, 1963, p. 153). Se a marginalidade é um problema de desenvolvimento, a solução só se pode dar com mais desenvolvimento. Por exemplo, com a tecnificação e capitalização do campo, aumentando os níveis de produtividade e fornecendo vagas de trabalho mais atraentes para a massa de camponeses potencialmente migrantes que pressionam as urbes.

Com a CEPAL, a marginalidade ganha visibilidade como preocupação social, porém o fenômeno deverá esperar a chegada ao organismo internacional do peruano Aníbal Quijano para ser objeto de uma reflexão mais sistemática dentro da instituição. Contudo, a agenda de pesquisa do sociólogo peruano se desenvolverá com independência e, até certo ponto, em concorrência com a produção institucional aqui referida.

Por outro lado, se a CEPAL pautou o ciclo otimista do debate intelectual latino-americano do ponto de vista econômico, foi a Teoria da Modernização de Gino Germani (1971) a que marcou o compasso no campo da sociologia. Além do mais, o fenômeno da marginalidade foi incorporado a uma complexa teoria sobre a mudança social, ganhando substância conceitual.

Gino Germani (1973b), tentou explicar a passagem de uma sociedade tradicional a uma sociedade industrial na América Latina. Para tanto, caracterizou nosso continente como uma sociedade que experimentava fortes e aceleradas transformações, onde o traço fundamental seria a passagem de uma sociedade tradicional a uma moderna. Nessa transição, seria possível a coexistência de formas sociais de épocas diferentes, fenômeno que o autor ítalo-argentino denominou como “dualismo estrutural”. Este conceito era entendido como a convivência numa mesma sociedade de duas ou mais formas estruturais (por exemplo, formas tradicionais e

modernas). O que explicaria este “dualismo estrutural” seria a existência de “assincronias” nos processos de mudança social, ou seja, descompassos, ajustes e atrasos em relação a mudanças esperadas para uma determinada estrutura (BLANCO, 2003; CORTÉS, 2012; DOMINGUES e MANEIRO, 2004).

A marginalidade multidimensional (econômica, social, cultural e política) precisamente é uma das assincronias mais notáveis da modernização na América Latina. Ela, por sua vez, estaria relacionada a outros descompassos: um processo de urbanização mais rápido que o processo de industrialização, um crescimento populacional acelerado (diminuição das taxas de mortalidade e manutenção dos índices de natalidade), persistência de padrões arcaicos na economia (concentração de propriedade no campo) e permanência de discontinuidades internas entre áreas modernizadas/centrais e atrasadas/periféricas, o que fomentaria a migração campo-cidade.

Embora Gino Germani (1973a) tenha publicado um dos textos que virou referência no estudo da marginalidade, *El Concepto de Marginalidad: Significado, raíces históricas y cuestiones teóricas, con particular referencia a la marginalidad urbana*, e conseguido integrar adequadamente o conceito na sua teoria, a marginalidade não ocupava um lugar central na arquitetura teórica germaniana. Contudo, a obra do sociólogo ítalo-argentino (VÁRELA PETITO, 2008) formará parte do marco teórico dos autores que desenvolveram suas perspectivas outorgando à marginalidade a condição de conceito central de seus construtos.

Serão os trabalhos etnográficos realizados em bairros pobres da Cidade do México, durante a década de 1960, pelo antropólogo americano Oscar Lewis (1961 e 1982), os que darão à Teoria da Marginalidade um corpus teórico próprio. Lewis, a partir do estudo de famílias de marginalizados urbanos, desenvolverá o conceito de “Cultura da Pobreza”, a qual será entendida como um sistema de vida estável e persistente que é transmitido de geração a geração,

em que determinados traços de sobrevivência e adaptação popular ao modo de vida urbano se apresentam e modelam de forma peculiar, entre outros: uma luta constante pela vida, desocupação ou subemprego, baixos salários, trabalho infantil, ausência de poupança, alcoolismo, exacerbação da violência como modo de relacionamento e resolução de disputas, prematura iniciação sexual, machismo.

A pobreza aparece aqui não apenas no seu sentido negativo de privação, mas também positivamente pela existência de uma estrutura determinada, segundo Lewis, uma “disposição razoada”, assim como pela presença de mecanismos de resistência relativamente estáveis entre os pobres da cidade. Dessa maneira, os marginalizados seriam possuidores de uma subcultura da pobreza com características que podem ser consideradas como soluções locais a problemas que não podem ser resolvidos institucionalmente pelos organismos públicos, seja pela ausência de direitos, pelo custo econômico de acessar determinados benefícios ou pela suspeita que pesaria sobre tudo o que está relacionado com o mundo público e político. Ao mesmo tempo, essa subcultura obstaculizaria a adaptação dos pobres à vida moderna e negaria os caminhos para sair da própria condição de pobreza. A cultura da pobreza seria o principal instrumento para sobreviver à privação e a principal razão de sua não superação.

Agora, quais seriam os portadores dessa cultura? Lewis é enfático ao afirmar que “cultura da pobreza” não é sinônimo de povos primitivos, nem de proletariado ou de camponeses. Para o autor de *Hijos de Sánchez*, “A cultura da pobreza apenas teria aplicação à gente que está no fundo mesmo da escala socioeconômica, os trabalhadores mais pobres, os camponeses mais pobres, os cultivadores de plantações e essa grande massa heterogênea de pequenos artesãos e comerciantes aos quais em geral se alude como lumpemproletariado” (LEWIS, 1982, p. XV).

Este setor constituído pela parte mais baixa do povo, embora não possua nada parecido ao que se poderia identificar com algum tipo de consciência de classe, poderia potencialmente ser seduzido por movimentos políticos dirigidos contra a ordem vigente. Efetivamente, os marginalizados seriam críticos aos valores e instituições das classes dominantes, odiariam a polícia, desconfiariam do governo ou de qualquer tipo de autoridade e seriam céticos frente à Igreja. Eis uma das principais preocupações e sentido de urgência do trabalho de Lewis (1982, p. XX), a possibilidade de que essa camada popular transforme sua situação desvantajosa numa motivação política para a transformação radical da sociedade: “nos países menos desenvolvidos do mundo, os que vivem dentro da cultura da pobreza podem se organizar algum dia em um movimento político que busque fundamentalmente mudanças revolucionárias, e esta é uma das razões pelas quais sua existência plantea problemas terrivelmente urgentes”.

A forte penetração que as ideias da marginalidade tiveram no mundo político, nas políticas públicas e nos debates intelectuais durante os anos 1960, em parte se explica por este forte tom de advertência. O mesmo relacionará esses autores com um incipiente movimento social de maneira controvertida. Se por um lado os marginalizados aparecem como carentes de habilidades organizativas e mesmo de qualquer tipo de consciência política, a ideia de marginalidade alimentará um imaginário quase apocalíptico de um lumpen urbano promotor da disrupção social.

O papel das Teorias da Marginalidade no reconhecimento de um movimento social identificado com os marginalizados será a preocupação das próximas seções deste capítulo. Para tanto, serão analisadas as duas principais vertentes das Teorias da Marginalidade. Elas influenciaram notavelmente a conformação de um campo específico de estudo da ação coletiva dos pobres urbanos da cidade do Rio de Janeiro e de Santiago do Chile, as quais, segundo a distinção mais aceita, podem se dividir entre as perspectivas

dualistas e o enfoque de polarização. As primeiras considerariam a marginalidade como uma situação própria do processo de transição à modernidade, caracterizado pelo “dualismo estrutural”. Autores como o próprio Gino Germani, Oscar Lewis e Roger Vekemans serão classificados como autores dualistas. O enfoque de polarização ou neo-marxista, segundo a definição de Vekemans (VEKEMANS e SILVA, 1976), assinalará que o crescimento dos setores dinâmicos ou modernos da economia seria as expensas do subdesenvolvimento dos setores atrasados ou tradicionais. A marginalidade seria, portanto, irreversível por ser produto da natureza do modo de produção capitalista de caráter dependente (SABATINI, 1981). Nessa perspectiva, mostra-se ilustrativo o debate entre Nun (2001) e Fernando Henrique Cardoso em torno da ideia de “massa marginal”, para dar conta do fenômeno de aumento de populações disfuncionais frente ao regime de produção dominante. Em uma chave similar, Anibal Quijano (1972b) desenvolverá a categoria de “polo marginal” para identificar aquele novo estrato social, secretado por cada setor da economia, que não formaria parte dos setores de sua maior produtividade, não tendo uma função dentro da produção.

A versão dualista da marginalidade

A leitura cultural do DESAL sobre a marginalidade urbana

Segundo um artigo publicado no jornal chileno *La Nación* (10/05/09), em 1959, pouco depois de iniciar seu pontificado, o Papa João XXIII teria afirmado que, antes de finalizar seu período no comando da Igreja Católica, esperava resolver três dúvidas: se os jesuítas eram tão poderosos quanto se dizia, se os franciscanos eram tão pobres quanto se comentava e quem é exatamente Roger Vekemans. Pouco antes de morrer, em 1963, o Papa teria

confessado a um assessor próximo que, “na verdade, agora sei que os jesuítas não são tão poderosos como se diz, nem os franciscanos tão pobres como se afirma, mas ainda não sei exatamente quem é **Roger Vekemans**”.

Independentemente da veracidade dessa anedota, ela permite apreciar a aura mítica em torno da figura de Roger Vekemans. Esse sociólogo belga e sacerdote jesuíta, fundador da Escola de Sociologia da PUC-Chile, não foi apenas o principal autor de uma das versões mais conhecidas da Teoria da Marginalidade; também foi um influente intelectual no mundo político. Aliás, sua trajetória acadêmica e sua produção teórica são inseparáveis de sua militância na Democracia Cristã chilena (PDC).

Uma medida do impacto da ação político-teórica de Vekemans no Chile foi a publicação do livro *Chile Invadido* (primeira edição 1968) do jornalista de *El Siglo*, periódico ligado ao Partido Comunista Chileno (PCCH), Eduardo Labarca (1969). Nesse texto, que causou bastante polêmica no momento de sua aparição, Labarca revisa a história do imperialismo no Chile, mapeando as diversas formas que tomou a intromissão estrangeira na trajetória do país andino. Não deixa de surpreender que o livro dedique um capítulo inteiro a Vekemans, que é apelidado pelo autor como “o homem das mãos de ouro”, pela notável capacidade para captar recursos de organizações e governos estrangeiros. O jesuíta é retratado no opúsculo como um agente do imperialismo, acusado até de receber dinheiro da CIA para financiar suas pesquisas.

Depois de sua chegada ao Chile em fevereiro de 1957, Roger Vekemans não demorou em se aproximar do líder de uma jovem Democracia Cristã, Eduardo Frei Montalva. A grande influência que teria possuído sobre Frei foi fundamental para a ascensão do jesuíta nas esferas do poder, o que se capitalizou quando o próprio Frei alcançou a presidência da República em 1964.

Para Labarca, o belga teria se mostrado muito eficiente na hora de levar à prática uma tripla missão: (1) elaborar uma nova

doutrina social para o PDC em oposição ao marxismo, (2) contribuir ao estabelecimento de um compromisso militante entre a Igreja Católica chilena e o movimento social-cristão e (3) obter apoio político e econômico para o governo de Frei entre os governos ocidentais (Alemanha, EEUU, por exemplo), entre os partidos democrata-cristãos da Europa e o Vaticano. A virtude de Vekemans teria sido transformar sua influência na Igreja e no mundo político e acadêmico em poder. Ele virou o nodo central de uma ampla rede de centros de pesquisa receptores de uma grande quantidade recursos econômicos do exterior.

Não obstante Vekemans tenha assessorado e criado diversas organizações sindicais e acadêmicas, sua principal obra foi a formação do Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina (DESAL), em outubro de 1960, junto com o professor da Escola de Arquitetura da PUC-Chile Ramón Venegas Carrasco. Foi no DESAL que Vekemans desenvolveu suas principais ideias sobre a marginalidade (BEIGEL, 2011).

No fim do governo de Frei, a influência de Vekemans começou a declinar, e disputas internas dentro da Igreja o transformaram em alvo de inúmeras críticas pelo caráter monopólico de sua recepção de recursos. Além do mais, a política de Promoção Popular, principal medida para combater a marginalidade e a radicalização dos *pobladores*, não conseguiu o sucesso esperado, pois a esquerda continuou aumentando sua influência nas *poblaciones* e rejeitando projetos-chaves para a Promoção no parlamento. Esses fatores alimentaram um paulatino distanciamento com o presidente Frei e com a alta hierarquia do PDC. Porém, foi a derrota do candidato desse partido, Radomiro Tomic, nas eleições de 1970, frente ao socialista Salvador Allende, que terminou por selar o destino de Vekemans no Chile. Assim confirmado o triunfo da Unidade Popular (U.P.), Vekemans pegou um voo em direção a Bogotá, o que o condenou a um lento esquecimento. O grau de influência e poder que Roger Vekemans conseguiu ao longo dos anos

1960 somente são comparáveis à magnitude do silêncio e omissão que agora envolve sua figura.

Porém, a importância da Teoria da Marginalidade para a consolidação de diversas correntes de pensamentos que tentaram refletir sobre a especificidade do desenvolvimento urbano na América Latina foi fundamental (LEZAMA, 2002). Segundo o DESAL, o continente tomou consciência da marginalidade preexistente somente quando se produziu a avalanche sobre as urbes, no momento em que fisicamente foi possível apontar com o dedo os cordões de miséria.

A marginalidade se identifica, segundo esta teoria, com a falta de participação e de pertencimento à sociedade, sendo característica própria da América Latina a dicotomia entre uma sociedade participante, instalada e hegemônica, versus outra sociedade de massas marginais. A marginalidade seria relacional e negativa (carência), já que quando se fala de “falta de participação” se nega a efetividade do vínculo que deveria unir o mundo marginal com a sociedade estabelecida. A marginalidade não seria apenas econômica, mas, sobretudo, cultural, na medida em que afeta todas as esferas da vida social. Essa situação coincidia com uma determinação física, cristalizava-se em um espaço social específico: a favela (ou *población*). Daí aparecerá a imagem mais forte da marginalidade: “o mundo marginal [...] é um mundo internamente desintegrado, atomizado, um mundo no qual, se existem coagulações, elas serão de tipo *ghetto*, retraídas sobre si próprias, à defensiva, e não dispostas a se enfrentar com a sociedade estabelecida” (VEKEMANS e SILVA, 1976, p. 81).

Na sua obra mais tardia sobre a marginalidade e, segundo o próprio Vekemans, mais madura, *Marginalidad, Promoción Popular y Neo-Marxismo* (1976), o fundador do DESAL tentará dar conta das múltiplas críticas que sua produção intelectual recebeu, mesmo de fogo amigo. Os principais interlocutores com os quais polemizará o jesuíta serão, segundo sua própria terminologia, os

neo-marxistas José Nun e Aníbal Quijano, salientando a incapacidade desses autores para entender qualquer fenômeno que escape à dicotomia biclassista desde a qual interpretam a América Latina.

No referido texto, Vekemans (1976, p. 15) reconhecerá certa candidez nos seus primeiros trabalhos, mas, ao mesmo tempo, a explicará pela ausência de adversários no campo das ciências sociais. A urgência prática dos seus postulados o teria levado também a um descuido teórico na sua produção. Há nessas justificações um evidente tom de amargura que refletem o declínio de sua própria influência.

Durante mais de uma década nossa equipe se entregou, em corpo e alma, à ação direta. Inteiramente absorvidos pelos requerimentos da promoção em terreno, não praticávamos senão uma pesquisa de apoio logístico e nosso marco axiológico – a doutrina social da Igreja – ingenuamente o dávamos por descontado e por fundamentalmente indiscutível, como Carta Magna de nosso fazer institucional. O despertar dessa febrilidade ativista foi doloroso. De repente nos encontramos completamente rodeados de hostilidade.

Embora esse texto não tenha experimentado a repercussão esperada, e a maior parte dos críticos da Teoria da Marginalidade do DESAL não apenas o tenham ignorado como continuaram se referindo preferencialmente às publicações originais, resulta indispensável sua revisão para uma compreensão mais completa da proposta de Vekemans. Mais ainda, se considerarmos que os desdobramentos culturalistas da marginalidade levaram o autor a desenvolver uma interpretação da trajetória latino-americana bastante peculiar, na qual a marginalidade remeterá à formação mesma do continente. Em uma virada que o aproxima a uma chave pós-colonialista de análise, Vekemans assumirá uma interpretação que denominará como estrutural-culturalista.

Para Vekemans, nem o subdesenvolvimento nem a dependência seriam capazes de dar conta do próprio da América Latina. O que é que diferencia nosso continente de outros igualmente subdesenvolvidos e dependentes? A originalidade da América Latina, segundo esse autor, seria que os países não possuiriam uma coesão suficiente para que suas sociedades constituíssem um conjunto, uma totalidade. Seriam, portanto, sociedades *in fieri*, ou seja, sociedades cartilaginosas em processo de ossificação. A América Latina aparece nessa descrição como uma unidade social que enquanto totalidade estaria em devir. Dessa maneira,

A tese que aqui se propõe é que, dentro da América Latina, se se quer dar conta da ‘originalidade’ dos seus países, se deve entender que ainda não são nações-Estado concluídas e que, portanto, para captar sua especificidade, é indispensável cruzar a dimensão vertical, própria de toda análise de estratificação, com a horizontalidade de um ‘dentro’ e um ‘afora’ internalizado (VEKEMANS e SILVA, 1976, p. 73).

A ruptura entre um setor participante e um marginalizado remeteria à existência de um centro/perifera não apenas no âmbito das relações internacionais, mas também no interior das próprias sociedades. O ibérico, que se incorporou ao tecido social do continente, manteve, ao longo da história, a exterioridade transatlântica originária em relação ao nativo pré-colombiano e ao africano importado. Este “afora” transatlântico se internalizaria num “adentro” pelas burguesias locais, as quais seriam “herodianas”, pois seguiriam vivendo numa matriz cultural externa.

A marginalidade não é, nessa perspectiva, um subproduto da dependência. Esta agravaria a marginalidade, mas não a criaria. É a marginalidade que contribui para gerar a dependência na medida em que a primeira remete à própria formação social do continente iniciada com a colonização ibérica. Daí se depreende

uma superposição cultural dos diferentes estratos que conformam o continente e que negam a conformação de um “bem comum”. Essa separação ficaria mais em evidência com o processo de marginalização urbana.

A marginalidade não se distribuiria da mesma maneira no continente. Naqueles países mais homogêneos culturalmente, onde a presença europeia é mais forte, não apenas existiria menos marginalidade como menores graus de subdesenvolvimento (Argentina ou Uruguai, por exemplo). Segundo Vekemans, a maior densidade de marginalidade corresponde um menor grau de desenvolvimento; e a maior contribuição exógena, menor marginalidade, e consequentemente maior desenvolvimento.

A questão não seria apenas entre um mundo acima e outro abaixo (verticalidade), mas a existência de dois mundos diferentes e separados, cujo possível encontro corre o risco de ser uma confrontação. Segundo Vekemans (1978, p. 92), “América Latina é, assim, um estranho cruzamento entre um mundo que corresponde ao ‘clube dos desenvolvidos’, e outro que corresponde ao pré-industrial e até ao primitivo”. Continuando, em uma referência clara ao dualismo estrutural, o autor afirmará que “encontramos dentro de um mesmo país, província ou cidade, o que se encontra em Londres, Paris ou Nova York e o que, analogicamente falando, subsiste apenas na África e na Ásia”. Ainda na mesma ideia, o autor assinala que a coexistência de padrões de desenvolvimento seria produto dessa superposição cultural que caracteriza a América Latina, na qual imagens como a seguinte se reproduziram em todos os seus cantos: “Em metrópoles latino-americanas não são raros os casos em que carros último modelo batem com burros nas ruas cêntricas; ou que, para cruzar uma avenida num bairro residencial de altos ingressos, se tenha que esperar o passo de uma manada de gado”.

A marginalidade seria anterior à moderna luta de classes, pois esta se produziria ao interior da sociedade instalada, entre

capas sociais já constituídas: a burguesia e o proletariado. Assim, Vekemans não nega a luta de classes, mas a descarta como fator explicativo da marginalidade. As massas marginalizadas não estariam incorporadas à sociedade, nem como proletariado. “É marginal não apenas o desempregado ou subempregado (no sentido econômico), mas também quem está separado de todas as esferas constitutivas do cultural, e, portanto – ao menos, virtualmente –, de todos os aspectos do viver humano e do atuar social” (VEKEMANS e SILVA, 1976, p. 82). Eis a radicalidade da marginalidade e o que a transforma em algo mais que pobreza.

A linha divisória entre “o instalado” e “o marginal” seria a mesma que separa “participação” e “não participação”. O marginalizado não participa da base societária que pode estabelecer a distribuição dos bens e recursos da sociedade, por mais desigual que seja. Ele não participa das decisões que modelam a sociedade, pois está fora das estruturas com as quais a sociedade cria a si própria. Para Vekemans, a falta de coesão interna dos marginalizados impede a utilização do conceito de classe, mas se for preciso o exercício de comparação com alguma categoria marxista para identificar esses setores, ele optará pelo uso da categoria de “lumpemproletariado”.

Agora, se a marginalidade não é um fenômeno novo, qual é a importância da multiplicação do fenômeno das *barriadas* no continente? A chegada dos marginalizados à cidade, tal qual as invasões bárbaras na antiga Roma, mais que inaugurar um novo fenômeno, simplesmente deixa em evidência a ruptura originária que sempre caracterizou a América Latina. Marginalizados sempre existiram, mas com o fenômeno de hiperurbanização latino-americano, eles serão visíveis e próximos, provocando horror nas elites urbanas. Operaria, ao mesmo tempo, um processo de marginalização atrelado às inconsistências da modernização, o que potencializará a marginalidade originária. Os marginalizados antes estavam longe das cidades, mas começaram a se movimentar na sua direção, ocupando os interstícios da urbe com todo tipo de

conjuntos de habitação precária: *tugurios*, favelas, cortiços e *poblaciones*. A marginalidade urbana “é literalmente uma ‘emergencia’ física; não é criação da marginalidade; é marginalidade que, pelo seu deslocamento ecológico, termina por criar consciência, não apenas na sociedade, que se vê sob o perigo de uma avalanche que a pode soterrar, mas também no próprio marginal” (VEKEMANS e SILVA, 1976, p. 103).

Quando Vekemans e Silva falam de uma consciência no marginalizado, não é por referência a algum tipo de consciência de classe ou política, mas pelo conhecimento do que a vida moderna oferece e que, ao mesmo tempo, é negado a esse excluído. Na América Latina, com o processo de modernização em curso, teria se produzido uma revolução nas expectativas e aspirações de consumo. O marginalizado ao migrar à cidade se comportaria, numa comparação bastante pouco afortunada, segundo Vekemans, como uma menina frente a uma vitrine, sem sua carteira e sem alguém que compre por ela. Chama atenção a importância que neste ponto terá o consumo para explicar as consequências negativas da marginalidade. Com a “invasão” à cidade, o marginalizado estaria sob a influência do “efeito demonstração”, já que,

Pela primeira vez, o que no começo estava à distância de dois dias e semanas de peregrinação em mula ou burro, hoje é coisa de horas. Alguém que teria vivido toda sua vida descalço sem problemas, quando entra em uma convivência onde o calçado além de ser norma higiênica é norma social, toma consciência de que está caminhando sem sapatos (VEKEMANS e SILVA, 1976, p. 103).

Começa a se configurar com força um dos traços mais notáveis desta teoria: o tom de advertência frente à ameaça dos marginalizados. Vekemans (1969, p. 61) afirma que “a massa marginal se encontra, metaforicamente, frente à vitrine mas sem poder de compra [...] Se passaram quatro séculos e, frente a este novo fato,

é necessário atuar para que a vitrine não estoure violentamente”.

Por um lado, os marginalizados serão retratados como desprovidos de qualquer tipo de consciência de grupo, pela atomização que os definiria, e como incapazes de gerar por si próprios os mecanismos necessários para sua integração à sociedade, pois séculos de rebaixamento e destruição excluíram o mundo marginal do desenvolvimento da sociedade estabelecida e das ferramentas que esta define para transformá-la; por outro, são pintados como um espectro que ameaça constantemente destruir a ordem das coisas pela sua inclinação para agir como massa de manobra de projetos populistas ou revolucionários.

Para “evitar a destruição da vitrine”, o DESAL propunha a Promoção Popular, como tentativa de integração dos marginais a um processo de reestruturação da sociedade. Assim, a noção de promoção poderia se entender como ação “sobre” os marginais (capacitação) e “dos” marginais (organização), sendo o fundamento do processo popular re-integrativo as organizações de base (associações de moradores, centro de mães etc). A ideia era organizar os marginalizados, mediante a entrega de recursos “capacitantes” para unificar suas solidariedades dispersas. Com isso, se pretendia a criação de uma consciência social e de uma estrutura de direitos que permitisse a pressão sobre o Estado.

Quando falamos de promoção, nos referimos à transformação de uma massa marginal em povo, em base societária. Seu sujeito popular ‘preferido’ o constituem os setores marginais da sociedade (desde os tipos mais puros, como os indígenas, até os mais transicionais, como os subproletários que se filtram na base proletária do sistema de hegemonia), que não pertencem, nem sequer como classe baixa, à rede de estruturas e fundações da sociedade, tal como se dá na atualidade (VEKEMANS e SILVA, 1976, p. 180).

A teoria do DESAL, como já falado, foi o alvo de inúmeras críticas. Aliás, um grupo importante de pesquisadores na América Latina se formou debatendo e questionando os supostos da marginalidade (GIUSTI, 1973; OLIVEN, 1980; PASTRANA; THRELFALL, 1974; PERLMAN, 1977; SABATINI, 1981). Ao mesmo tempo, variadas pesquisas mostraram que a Teoria do DESAL subestimou o poder integrador da *barriada* e do movimento dos pobres urbanos. A pobreza urbana se mostrou mais heterogênea do que anunciava a ideia de massa marginal, e os marginalizados encontraram também outras fontes de integração: sindicatos, religião, educação etc. (CIDU, 1972; SABATINI e WORMALD, 2004). Contudo, a Teoria da Marginalidade teve o mérito de transformar os problemas da urbanização popular em um objeto de atenção e de estudo prioritário das ciências sociais do continente. Além do mais, como assinalou Silva (1983), apesar do diagnóstico de sua morte, a teoria continuou viva na prática, pois seu modelo continuou sendo usado nas políticas sociais e nos discursos de atores políticos e meios de comunicação, e os esforços nas ciências sociais para reordenar sistematicamente o problema não foram satisfatórios.

Por outra parte, a difusão da Teoria da Marginalidade do DESAL teve consequências práticas fundamentais para a constituição dos movimentos de pobres urbanos na cidade. Particularmente no Chile, a política de Promoção Popular criou uma estrutura institucional que reconheceu o *poblador* como um sujeito social e, com a legalização das *Juntas de Vecinos* (JJ.VV.), se deu corpo a um espírito e organizações já existentes, mas carentes de apoio legal (SILVA TELLO, 1970). E, como se verá mais na frente, terminou por contribuir indiretamente ao reconhecimento do Movimento de *Pobladores*.

As ciências sociais sobem o morro: a versão carioca da marginalidade

As Teorias da Marginalidade de inspiração *desaliana* não apenas impactaram a produção intelectual chilena: seu alcance foi latino-americano. No Brasil, muitas das premissas da marginalidade foram recepcionadas positivamente por grupos de pesquisadores locais, particularmente no Rio de Janeiro. Porém, não existirá um diálogo intertextual entre a produção do DESAL e os brasileiros. Aliás, estes últimos rejeitaram o emprego do conceito de marginal, pelo forte apelo delitivo que tem essa palavra em português.

Contudo, nos pioneiros trabalhos sobre sociologia urbana no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, se encontrarão elementos similares aos desenvolvidos pelos teóricos da marginalidade. Carlos Alberto Medina (1964), por exemplo, conceberá a favela como um prolongamento do mundo rural na cidade, um tumor rural-primitivo enquistado na moderna metrópole. A favela seria uma erva daninha, mas curável com uma boa administração. Os favelados, ou seja, os habitantes da cidade que ocupam habitações provisórias sem qualquer recurso de saneamento básico, refletindo sua pobreza nas características de sua moradia, não seriam os responsáveis de sua condição desvantajosa.

A favela é um problema produzido e os culpáveis são os demagogos da administração pública, por permitirem os desvios da regulação da vida urbana e por tolerarem, para fins eleitorais, as populações faveladas. O problema era que os favelados, por reproduzirem padrões culturais rurais, eram facilmente manipuláveis por demagogos, o que impedia a possibilidade de encontrar uma solução para sua situação. Os favelados são, segundo Medina, uma população acostumada a baixos padrões de vida material e que habita em espaços onde se reproduz um estilo de vida próprio das camadas mais pobres, o que dificulta sua integração à vida moderna. Logo, é apenas numa administração virtuosa que o problema da favela pode ser resolvido, mas primeiro é preciso que a questão das

populações faveladas deixe de ser só uma questão de polícia. Essa ideia supõe uma concepção moralizante da vida social e, em particular, da administração de conflitos, visão que será compartilhada por parte importante de Igreja Católica brasileira e por alguns políticos conservadores de inspiração cristã como Carlos Lacerda (1987).

A principal fonte teórica dos autores do que se poderia chamar como “marginalidade carioca”, também era de origem cristã. Se, no Chile, a referência central foi o jesuíta Roger Vequemans, no Brasil, esse papel foi encarnado pelo dominicano francês Louis-Joseph Lebret. Ex-oficial da marinha francesa, Lebret foi o fundador do movimento Economia e Humanismo no começo dos anos 1940 do século XX. Segundo Alfredo Bosi (2012), o movimento foi, ao mesmo tempo, uma teoria, um centro de pesquisa e uma revista que inspirou profundamente uma geração de jovens intelectuais católicos, sendo uma das matrizes da passagem, entre 1950 e 1960, de um catolicismo de centro para um cristianismo de esquerda no Brasil. De evidente inspiração reformista, o movimento de Lebret incorporou parcialmente os fundamentos da exploração capitalista de origem marxista, mas propôs uma saída comunitarista, baseada na consolidação de comunidades de base que se apoiariam mutuamente. A reforma da sociedade capitalista só seria possível com a tomada de consciência dos injustiçados e oprimidos da importância de construir uma economia voltada para as necessidades básicas do ser humano em sociedade, as quais não poderiam ser satisfeitas nem pelo puro jogo do mercado nem pelo planejamento central do Estado.

O eco de suas ideias, como já falado, chegou fortemente no terceiro mundo, palco privilegiado da ação de “Economia e Humanismo”. Lebret chegou a ter uma importante influência sobre as lideranças social-cristãs do continente, incluindo o chileno Eduardo Frei. Suas concepções sobre a degradação do mundo rural e da urbanização patológica da América Latina foram bem difundidas.

Em boa parte, esta penetração intelectual foi possível pela fundação de organismos locais dependentes de “Economia e Humanismo”. Tal foi o caso da Sociedade para a Aplicação do Grafismo e da Mecanografia à Análise de Complexos Sociais (SAGMACS), cuja primeira sede foi fundada em São Paulo. Foi precisamente nessa cidade que Lebret desenvolveu uma série de pesquisas pioneiras sobre urbanização e sobre as condições de habitação das classes populares, isto já na década de 1950. Para Lebret, o lugar onde o pobre morava era o espelho do subdesenvolvimento, logo deveria ser estudado e medido com rigorosidade científica.

O próprio Lebret foi o orientador e articulador da primeira grande pesquisa sobre favelas cariocas, *Aspectos Humanos da Favela Carioca* (RIOS, 2012). Financiada e publicada pelo jornal paulista *Estadão*, essa pesquisa, que inaugurará o estudo sistemático das favelas do Rio de Janeiro pelas ciências sociais, foi dirigida tecnicamente por José Arthur Rios, sociólogo de sólida formação metodológica, especializado em sociologia rural, e coordenada pelo já citado Carlos Alberto Medina. Na publicação, se reproduzirão boa parte das ideias até aqui expostas. E como foi assinalado em uma publicação recente que buscou recuperar a importância dessa pesquisa para o campo de estudo das favelas cariocas (MELLO et al., 2012), ela foi produto de vários encontros virtuosos: o de Lebret com Dom Helder Câmara, o grande impulsor da mobilização da Igreja Católica nas favelas, a presença de pesquisadores altamente capacitados em técnicas de pesquisa empírica (quantitativa e qualitativa) e a convergência de duas tradições acadêmicas dissimiles, mas com forte ênfase empírica e urbana: Economia e Humanismo e a Escola de Chicago. A presença de Donald Pierson, antigo aluno de Robert Park, na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, permitirá uma associação inusitada e, segundo Valladares (2012, p. 91), despercebida pelos estudiosos das favelas cariocas: “O vestígio explícito desse caráter híbrido aparece na própria temática da pesquisa: alguns assuntos estão claramente ligados à

abordagem típica do *Economie et Humanisme*, como a moradia, a família, a solidariedade, a escola ou a religião; enquanto temas como a delinquência e os processo políticos (demagogia etc.) foram priorizados pela Escola de Chicago”.

A pesquisa buscará alertar os governantes, políticos e estudiosos da questão social sobre o fenômeno das favelas. Elas são concebidas como formas de moradia popular caracterizadas pelo agrupamento desordenado de habitações precárias que se opõem ao traçado regular do centro urbano onde estão inseridas. Neste estudo, se reiterará que a culpa da existência das favelas não é do favelado, pois a responsabilidade seria dos administradores que deveriam estar evitando a sua proliferação mediante o planejamento urbano. “A construção de uma metrópole não é apenas um fenômeno de natureza, mas uma criação consciente. A maneira como o Rio de Janeiro cresceu e as forças sociais e econômicas que nortearam esse crescimento teriam que conduzir necessariamente a uma perda de valores humanos” (RIOS, 1960, p. 8).

A favela é representada como o espaço da desintegração social e moral da cidade. Caracterizada pela miséria, o baixo padrão de vida de seus moradores e a dificuldade de acesso a melhores condições de vida, ela seria o produto da migração rural à cidade. “A favela não subsistiria se não houvesse uma constante migração para a cidade de massas subdesenvolvidas” (RIOS, 1960, p. 11). A migração brasileira para as cidades pode ser vista, nessa perspectiva, como uma fuga de miséria do campo para a cidade, onde ela cumpre a função de ser hospedaria que absorve o excesso de miséria nacional. Ao mesmo tempo, a favela acompanharia o crescimento do Rio de Janeiro como centro manufatureiro, mas ficando em evidência a incapacidade da cidade de absorver a mão de obra expulsa dos campos.

Nesse sentido, a migração campo-cidade estimularia o desenvolvimento de uma “Cultura Cabocla”, na qual permanece-

riam os traços psicológicos e condutas próprias do meio rural, que apareceriam intactos na favela.

Esse migrante troca um tipo de subordinação de traços feudais, onde curte fome e não tem perspectiva nenhuma de acesso social, por qualquer tipo de subserviência, onde tenha assegurado o pão, para si e sua família. Esse migrante, além de trazer consigo dons escassos de técnica, afeito que foi unicamente ao cabo da enxada, carrega para a cidade toda as deficiências sanitárias e educacionais do nosso meio rural: a verminose e o analfabetismo, o pé descalço e o banho de ervas, a superstição e o messianismo. Entre ele e o morador típico da cidade existe a mesma distância cultural que já mediava entre ele e o proprietário da terra que lavrava (RIOS, 1960, p. 9).

A favela é lida como um objeto “exótico” e até exterior à civilidade da vida urbana moderna. Seus habitantes são vistos como carentes de vontade própria ou mesmo de capacidade para reconhecer seus próprios interesses, propensos, portanto, a serem usados como massa de manobra de políticos inescrupulosos. Neste ponto, o tom de advertência é até mais direto que o do DESAL: “É preciso subir o morro antes que deles desçam os comunistas” (RIOS, 1960, p. 43). A criação da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião pela Igreja Católica, em aliança com o governador do Rio de Janeiro Carlos Lacerda, serão a expressão prática de uma nova concepção das populações faveladas, onde se fomenta uma solução em longo prazo: a Promoção Humana dos favelados, o equivalente carioca da política de Promoção Popular do DESAL. Com esses organismos, se estimulará a “participação comunitária” e as organizações de base, essencialmente para se oporem à “exploração demagógica dos políticos” e para, sobretudo, neutralizarem a influência comunista nas favelas. As palavras de D. Helder Câ-

mara na inauguração do “Congresso Geral dos Representantes das Favelas Cariocas” (6 de janeiro de 1957) são claras a esse respeito:

Não estamos numa sessão política ou religiosa. Não somos iguais aos candidatos que aparecem e prometem antes de cada eleição e somem depois, sem cumprir. Somos homens que querem se unir em torno de um ideal, homens católicos, protestantes, espíritas ou lá o que seja, decididos a melhorar de situação a vida de milhares. Eu só tenho medo dos que não acreditam em Deus, dos comunistas. Cuidado, porque para eles quanto mais miséria existir, haverá mais campo a ser explorado (Tribuna da Imprensa, 7/1/57, citado em LIMA, 1989).

D. Helder Câmara, em uma linguagem que reflete o contexto de Guerra Fria, equiparava a disputa entre Oriente e Ocidente com a do mundo superdesenvolvido versus uma massa subdesenvolvida deixada à margem da vida.

A grande habilidade do comunismo vem sendo levantar a massa subdesenvolvida, que será invencível e assegurará a vitória ao lado para onde pender: bandeira anticolonialista, embora, a seu modo, escravize, a pretexto de implantar suas famosas Repúblicas populares; bandeira de reforma agrária, que surge como esperança para a massa esmagada dos trabalhadores rurais; bandeira de ódio de classes para os trabalhadores industriais, invencíveis quando arrastarem, nas grandes cidades, a massa do subproletariado que se aglomera nas favelas (CÂMARA, s.d., p. 2).

A população favelada é tão inocente em relação a sua situação, como perigosa pelas consequências políticas que sua ação pode ter. Eis a urgência de enfrentar o problema das favelas cariocas: elas ameaçam o progresso social futuro e paralelamente representam a negação do mesmo no presente. Segundo a SAGMACS:

A favela não é apenas uma mancha na tela esplêndida do Rio de Janeiro; é um documento de incapacidade administrativa e de insensibilidade moral. A presença desses amontoados de casebres, onde se comprimem famílias, às vezes numerosas, atesta, mais que um retardamento técnico, uma imaturidade moral. O aglomerado urbano onde tal situação existe não é uma cidade, mas um espaço onde comprimem grupos em luta. Por isso, a solução do problema, mais que qualquer meta desenvolvimentista, representa um atestado de civilização (RIOS, 1960, p. 45).

O forte apelo político preventivo do estudo da SAGMACS não era casual; aliás, as disputas políticas da época favoreceram fortemente a realização do estudo. Tal como explica o próprio Rios (2012, p. 36) em uma avaliação realizada meio século depois da publicação desta obra:

Vivia-se o período esperançoso do presidente Juscelino Kubitschek que pretendia encurtar o tempo histórico, fazendo o país avançar 50 anos em 5 e construindo uma nova capital nos páramos desérticos do Planalto Central. A ideia enfrentava resistências ferrenhas e um dos centros dessa oposição era, em São Paulo, o jornal conhecido como *O Estadão*, folha de alta tradição democrática e porta-voz das oposições paulistas. Seu diretor Julio de Mesquita Filho, o 'seu Julinho', lembrou-se de contrastar as aspirações aventureiras de JK com a brutal realidade da então capital federal, expressa nas favelas cariocas. Pensou em Lebrecht, em SAGMACS.

Para Machado (2012a), o esquecimento que essa obra sofreu no meio acadêmico, apesar de ter sido a pesquisa mais abrangente já realizada sobre favelas cariocas, se explica principalmente por estes vínculos políticos. O financiamento recebido por SAGMACS de setores conservadores transformaram a pesquisa em um instru-

mento político do jornal paulista no jogo de dominação, passando a ser uma “categoria de luta” no universo de interesses em disputa no Brasil da época, apesar da autonomia acadêmica e metodológica do estudo. Da mesma maneira, a vinculação de Rios com o governo de Carlos Lacerda, mesmo por um curto prazo, teria sido definitiva para que a pesquisa fosse relegada. Exemplificando,

Basta indicar que o termo ‘demagogia’ continha uma dimensão crítica enquadrada por uma visão processual que pensava na superação do subdesenvolvimento, pacífica e pelos meios institucionais existentes, através do ‘desenvolvimento político’. Acontece que na academia esta perspectiva era minoritária, tida como conservadora e ‘reformista’, o que ajuda a compreender o desinteresse pelo relatório da SAGMACS (SILVA, 2012a, p. 55).

A marginalidade e o reconhecimento negativo de favelados e pobladores como atores políticos

Existe na ideia de ameaça um potencial reconhecimento da capacidade política dos marginalizados? O caráter preventivo da “subida ao morro” para evitar que “a vitrine se quebre” pode ser comparável à resposta reflexiva da questão social para enfrentar as demandas dos operários? A ideia de “massa de manobra” presente nos autores da marginalidade antagoniza, por definição, com a noção de reconhecimento de atores políticos subalternos. Porém, pode-se reconhecer a possibilidade de fratura da sociedade sem vislumbrar a possibilidade de construção de um projeto político que viabilize essa ruptura?

A noção de “reconhecimento” é um pouco mais clara no caso do movimento operário e não tanto no movimento favelado ou *poblacional*, embora na ideia de “temos que subir no morro antes que os comunistas desçam” existe um indício, não apenas de

prevenção e perigo, mas também de potencial conformação de um ator político “radical”. Há um medo à massa amorfa, mas o maior medo é à massa que vira classe oprimida radical (ou massa de manobra comunista para eles). O medo é que a massa amorfa vire um ator político fora dos parâmetros que as classes dominantes pré-definem para as classes subalternas: um marco baseado na ideia de um “bom favelado” que “aprende” a sair da pobreza com as políticas de “Promoção” (Popular ou Humana). Apesar dos preconceitos políticos em relação aos pobres urbanos, estamos frente a um grupo social (dominante) que está considerando um cenário possível, logo esta situação hipotética (“os comunistas descendo”) está tendo consequências concretas na realidade e, seguindo o teorema de Thomas, “se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências” (apud MERTON, 1970, p. 515).

Particularmente no caso brasileiro, considero necessário estabelecer uma diferença em relação ao caráter preventivo do agir estatal. Há uma ação sistemática por parte dos setores dominantes para prevenir uma explosão social (a descida do morro) e para neutralizar a influência comunista nas favelas. Porém, se a questão social (operária) passou de ser uma questão de polícia a uma questão de cidadania regulada pelo Estado (em benefício de um pequeno setor dos trabalhadores brasileiros) (SANTOS, 1998), a questão social urbana, em boa parte, continuou sendo uma questão de polícia, e a regulação estatal da cidadania nas favelas foi muito mais contraditória e repressiva que a da fábrica. Em outras palavras, se nos sindicatos o Estado teve um braço esquerdo (legislação laboral) e um direito (controle) fortes, nas favelas se observa uma hipertrofia da extremidade direita, que encontrará na forma das remoções sua melhor expressão. Vale lembrar que até nos contextos favoráveis às favelas a repressão sempre esteve presente nos espaços da pobreza, sendo o rosto mais visível do Estado brasileiro (SILVA, 2005).

Marginalidade como polarização: a leitura econômico-estrutural

As diferentes teorias dualistas da marginalidade foram fortemente criticadas no final dos anos 1960, porém houve um grupo de intelectuais que fizeram o questionamento reivindicando o conceito de marginalidade. Essas versões críticas que se situaram em oposição à versão desaliana e outras – tais como a da “cultura da pobreza” de Lewis (1961), e a teoria da modernização de Germani (1971) – realizaram uma leitura materialista da marginalidade, enfatizando a sua dimensão econômica, dialogando com o marxismo e com a Teoria da Dependência.

Não é de estranhar que no fértil debate sociológico latino-americano de finais dos anos 1960 existissem tentativas de desenvolver enfoques totalizantes nos quais se integrassem diversas categorias como desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalidade e desigualdades espaciais (SUNKEL, 1970). Dentre eles, um dos autores que mais se destacou, por sua sólida síntese entre Marginalidade e Dependência, foi o peruano Aníbal Quijano. Embora seus trabalhos sobre a emergência de um “polo marginal” sejam muito próximos da categoria de “massa marginal”, desenvolvida por José Nun (2001), para caracterizar o setor disfuncional da economia capitalista que não pode ser classificado como “exército de reserva”, a originalidade de Quijano residirá na importância que outorgará à variável espaço na sua análise (SABATINI, 1981) e a incorporação da arquitetura teórica da dependência à sua própria agenda de pesquisa.

Os debates em torno à dependência marcaram, em relação às teorias da modernização dualistas, uma passagem de explicações endógenas do subdesenvolvimento para a relação com planos e fatores externos, tendência explicativa já aberta pelas contribuições de Prebisch e da CEPAL (DOMINGUES, 2007; ROVIRA, 2005). Porém, os autores da dependência compreenderão esta relação com o exógeno de uma maneira bastante particular. A depen-

dência não seria um fenômeno estritamente externo susceptível de ser eliminada com desenvolvimento econômico e com políticas independentes; a situação de dependência condicionaria as estruturas internas dos países latino-americanos. É a dependência que estabelece os limites possíveis do desenvolvimento desses países, sendo a forma específica em que se desenvolve o capitalismo na América Latina. O desenvolvimento capitalista precisaria do subdesenvolvimento de determinados países, condicionados pelo desenvolvimento e expansão das economias centrais. A dependência seria inseparável de uma divisão internacional do trabalho, em que determinados países precisam para seu desenvolvimento industrial da subordinação de outros que limitam sua economia à produção de matérias-primas e produtos agrícolas (DOS SANTOS, 1973).

Embora não seja possível falar de uma Teoria da Dependência, a elaborada por Cardoso e Faletto (2003) é considerada como a mais sólida, balanceada e completa entre elas (LARRAÍN, 1989). Refletindo o pessimismo e o ceticismo que primaram nas ciências sociais, uma vez que as virtudes que prometia o processo de substituição de importações estiveram longe de se realizar, esses autores desestimaram a ideia de subdesenvolvimento como variável explicativa. A relação entre dependência e subdesenvolvimento implicará para Cardoso e Faletto, em termos sociais, uma forma de dominação que se manifesta no modo de atuação e na orientação dos diversos grupos que participam no sistema econômico e onde as decisões que afetam a economia são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias centrais.

A dependência seria o resultado da posição subalterna das economias periféricas na divisão internacional do trabalho em relação às economias centrais. A situação de dependência não seria apenas funcional à hegemonia internacional, mas também à recepção das classes dominantes locais dessa condição de subordinação. Enfatiza-se assim a natureza política dos processos de transformação econômica: o interesse está tanto nas lutas políticas entre gru-

pos e classes como na história das estruturas econômico-políticas de dominação internas e externas.

Uma das versões mais radicais da Teoria da Dependência foi a elaborada por André Gunder Frank (1973a), um economista de origem alemã de grande influência teórica e política em finais dos anos 1960, na América Latina, e particularmente no Chile, onde desenvolveu parte importante de sua atividade acadêmica. Para esse autor, é o capitalismo mundial o que produz subdesenvolvimento, não sua ausência. Assim, o subdesenvolvimento da América Latina é o resultado de sua participação no processo de desenvolvimento capitalista mundial. As contradições capitalistas e o seu desenvolvimento histórico geram subdesenvolvimento ou lúmpen-desenvolvimento na periferia, enquanto produzem desenvolvimento nos centros metropolitanos, mediante a apropriação do excedente dos satélites. A fórmula da dependência, nesse caso, implica a ideia de que o desenvolvimento do centro é fruto do subdesenvolvimento da periferia, existindo assim uma apropriação dos excedentes de uns países sobre outros, do mesmo modo que uma determinada classe social se apropria do trabalho de outra. O capitalismo reproduziria a dialética interna explorador-explorado, mas desta vez entre nações.

O subdesenvolvimento não é consequência da supervivência de instituições arcaicas ou da falta de capital nas regiões que têm se mantido isoladas da torrente da história do mundo. Pelo contrário, o subdesenvolvimento tem sido e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gera também o desenvolvimento econômico; o desenvolvimento do próprio capitalismo (GUNDER FRANK, 1973b, p. 26).

A polarização expropriação-apropriação na dialética metrópole-satélite ou centro-periferia penetraria o mundo subdesenvolvido criando uma estrutura interna de subdesenvolvimento. Eis a

importância da burguesia latino-americana, a qual, para Gunder Frank (1978, p. 15), é uma *lumpen-burguesia*, ou seja, na definição que ele emprega em base a uma referência a Mariano Otero:

Poderíamos qualificar de ‘*lumpen-burguesia*’ à classe que ‘não era mais que o instrumento passivo (eu diria, mais bem, ativo, A.G.F.), da indústria e do comércio estrangeiro, e seus interesses eram naturalmente os dele’. Os integrantes dessa classe ‘estão profundamente interessados em nos manter no estado (ou melhor, processo [A.G.F.]) de miserável atraso do qual o comércio estrangeiro tira suas vantagens’ e que poderíamos denominar ‘*lumpen-desenvolvimento*’.

Os dardos de Gunder Frank alvejavam as teorias do dualismo estrutural, a marginalidade e as interpretações dos Partidos Comunistas de que América Latina seria feudal e não capitalista. Não existiria um dualismo estrutural porque o subdesenvolvimento seria parte da lógica do próprio capitalismo; não existiria marginalidade, porque os assim chamados marginalizados estariam integrados sob a forma de “super exploração”, pois “até os povos indígenas da América Latina, de cuja suposta economia de subsistência se diz comumente que os margina da vida nacional, se encontram totalmente integrados nessa estrutura, embora mais como vítimas super exploradas do imperialismo capitalista interno” (GUNDER FRANK, 1973b, p. 2).

Segundo o autor citado acima, as políticas reformistas de caráter nacional terminam por fortalecer os laços de dependência econômica, agravando o desenvolvimento do subdesenvolvimento, então é compreensível que conclua que a única saída para América Latina seria uma estratégia revolucionária orientada a um desenvolvimento socialista. Mas, embora reconheça o papel das forças populares na condução desse processo, na sua abordagem não existia expressamente uma atribuição específica às massas

urbanas. Em outras palavras, se a lumpem-burguesia é o principal artífice do lumpem-desenvolvimento, não parece ser o lumpem-proletariado o seu algoz.

Esta breve descrição de algumas das ideias básicas da dependência se justificam na medida em que os próximos dois autores a serem revisitados elaboraram suas teorias da marginalidade em diálogo com a dependência. No caso de José Nun, a dependência aparece como o pano de fundo que explica a aparição da “Massa Marginal” e, no caso de Aníbal Quijano, o “Polo Marginal” é um construto que se enquadra dentro das próprias contribuições do autor à dependência.

A massa marginal: a contribuição teórica de José Nun

O politólogo argentino José Nun (1969) desenvolverá, em um artigo intitulado “Superpoblación Relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”, publicado na *Revista Latinoamericana de Sociología*, o conceito de massa marginal, mediante a discussão crítica dos conceitos marxistas de superpopulação relativa e exército industrial de reserva. Revisitando *O Capital* (MARX, 1946) e *Grundrisse* (MARX, 2011) e incorporando um conceito dinâmico de função – elementos funcionais podem virar afuncionais e até disfuncionais dependendo das mudanças nas relações de produção –, o autor questionará a tendência dos estudos sobre o capitalismo, que confundem as categorias de superpopulação relativa e exército industrial de reserva, misturando os processos que produzem uma população excedente com os efeitos que ela provoca no sistema. Nun, pelo contrário, afirmará que a superpopulação relativa, ou seja, esse remanescente de população que excede as necessidades médias de exploração do capital, não constitui necessariamente um exército industrial de reserva, pois esse último conceito supõe uma relação de funcionalidade do excedente com respeito ao sistema produtivo em geral. Salientando, desta maneira, a existência de

uma fração que permanece apenas como fator virtual em relação à organização produtiva dominante, o que sobrepassaria a lógica do exército industrial de reserva.

O exército industrial de reserva é utilizado por Marx para designar os aspectos funcionais da superpopulação relativa na fase capitalista que ele analisou. Esse exército está disponível para satisfazer a demanda por mão de obra nos momentos de expansão do sistema e, ao mesmo tempo, para evitar o aumento dos salários dos operários. A superpopulação relativa se contrai ou expande dependendo dos diversos ciclos industriais no capitalismo. Na fase competitiva do modo de produção capitalista, a funcionalidade da superpopulação relativa aumenta, tendo como suposto a homogeneização crescente da mão de obra para menores níveis de qualificação. Nesses momentos, corresponderia analisar a superpopulação relativa como exército industrial de reserva. Porém, Nun (1969, p. 87) observará que existe uma parte da população relativa que não produz esses efeitos funcionais. Eis a massa marginal, segundo sua definição:

Chamarei ‘massa marginal’ a essa parte afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa. Portanto, este conceito – o mesmo que o de exército industrial de reserva – se situa no nível das relações que se estabelecem entre a população sobranter e o setor produtivo hegemônico. A categoria implica assim uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera este excedente e, por outro, não precisa dele para continuar funcionando.

Estes elementos conceituais já vinham sendo trabalhados por Nun e sua equipe (NUN et al., 1968) com anterioridade à publicação do artigo citado. Em *La Marginalidad em América Latina*, texto publicado em 1968 como informe de uma pesquisa patrocinada pelo Instituto Latinoamericano de Planificación (ILPES) – dependente de CEPAL – e pelo DESAL, percebe-se a insatisfação dos

autores com as explicações dominantes em torno da marginalidade, as quais são caracterizadas como um meio termo entre a generalização empírica e a construção teórica. Como uma maneira de se distanciar destas teorias, segundo os autores, ambíguas e meramente descritivas, buscarão estabelecer as conexões entre marginalidade e relações de produção, dando especial atenção ao mercado de trabalho latino-americano. Nele seria possível detectar diferentes tipos de marginalidade, próprios do desenvolvimento capitalista tardio, dependente e combinado do subcontinente. A massa marginal é um produto do capitalismo dependente, de maneira resumida:

Um desenvolvimento capitalista desigual e dependente que combina diversos processos de acumulação no contexto de um estagnamento crônico gera uma superpopulação relativa à forma de produção hegemônica que atua, em parte, como exército industrial de reserva e, em parte, como uma massa marginal. *O que é importante é que a não funcionalidade desta última está indicando um baixo grau virtual de integração do sistema, um desajuste a resolver, cuja solução organiza modos de integração social compatíveis com a manutenção da matriz de relações vigentes.* (NUN, 1971, p. 247).

A massa marginal aparece aqui não como uma negação do exército industrial de reserva, mas como um conjunto mais amplo que inclui no seu interior o subconjunto do exército industrial de reserva. O suposto implícito é que não existe apenas um tipo de marginalidade, pelo contrário, o desenvolvimento desigual, combinado e dependente, geraria diversos tipos, embora possa existir algum que resulte dominante em um determinado contexto.

A marginalidade não é simplesmente sinônimo de desocupação, pois a marginalidade se estabeleceria em relação ao setor dominante da organização produtiva que, no caso da América

Latina, corresponde ao setor das grandes corporações monopolistas. Este contingente marginal estaria composto por: a) uma parte da mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo; b) boa parte dos trabalhadores refugiados nas atividades terciárias de baixa renda; c) a maior parte dos desocupados; e d) a totalidade da força de trabalho ligada ao capital comercial. Ao menos, para o autor: a), b) e c) podem seguir produzindo os efeitos diretos ou indiretos do exército industrial de reserva, porém eventualmente podem perder sua funcionalidade no sistema. A diferença entre a massa marginal e o exército industrial de reserva, segundo Nun (1969, p. 137), pode ser sintetizada da seguinte maneira:

A massa marginal – em contraste com o exército industrial de reserva clássico – indica esse baixo grau de ‘integração ao sistema’, devido a um desenvolvimento capitalista desigual e dependente que, ao combinar diversos processos de acumulação no contexto de um estagnamento crônico, gera uma superpopulação relativa não funcional em relação às formas produtivas hegemônicas.

A proposta conceitual desenvolvida pelo autor recebeu importantes questionamentos. A polêmica mais célebre foi a que o argentino teve com o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1970), que acusará Nun, entre outras coisas, de ler equivocadamente os textos de Marx, de outorgar uma importância excessiva ao *Grundrisse* em relação a *O Capital* e de incorporar uma definição de funcionalidade alheia ao próprio marxismo. E, embora Cardoso reconheça o problema da marginalidade como um fenômeno real e visível na superfície da vida social, criticará Nun por reproduzir uma sociologia do “escândalo de uma situação social” já super-representada nas agências internacionais e nos governos latino-americanos. Não é do interesse deste texto aprofundar tal polêmica, pois, para o desenvolvimento do argumento, o grau de literalidade com que Nun trabalha suas referências a Marx são

irrelevantes. Precisamente sua importância para esta reflexão é o caráter heterodoxo de suas leituras, que derivaram no seu conceito de massa marginal.

Neste sentido, mais significativo para este debate é a *Crítica à razão dual* de Francisco de Oliveira (1972), quem questionará a oposição de um setor “atrasado” versus um setor “moderno” na economia como um atributo apenas do desenvolvimento latino-americano. Para Oliveira, existiria uma simbiose e organicidade entre o moderno que cresce e se alimenta da existência do “atrasado”. Sob a mesma lógica, o crescimento do mercado de trabalho informal estaria estreitamente ligado à acumulação urbano-industrial. Os diferentes serviços providos pelo setor informal não são “excrecências” do exército industrial de reserva, mas formas de adequação ao processo de acumulação global e à expansão capitalista. Assim, embora a crítica esteja mais orientada às diversas variações da teoria cepalina, alcança também as formulações sobre marginalidade, incluindo certamente o próprio Nun. A massa marginal seria, para Oliveira, funcional – no caso do seu estudo – à acumulação capitalista primitiva da economia brasileira.

Porém, o viés funcionalista da crítica de Oliveira é precisamente uma das vertentes características das ciências sociais da época, da qual Nun explicitamente pretende se distanciar. Daí sua opção por uma definição dinâmica de função, que pode derivar em afuncionalidade ou disfuncionalidade dependendo do contexto. Ironicamente Nun afirmará que, para o funcionalismo marxista da academia, até o pescador no interior da Amazônia é, em último termo, funcional à acumulação capitalista e vítima de sua exploração. Contudo, a perspectiva de Oliveira oferece um arcabouço analítico bastante interessante para compreender o fenômeno urbano na América Latina, reflexões que terão impacto mais adiante na literatura urbana paulista, que anos mais tarde vai propor um reordenamento do debate (ver capítulo 4). Para Oliveira (1972, p. 31), “o processo de crescimento das cidades brasileiras não pode ser

entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades”.

Agora, qual é o papel da questão urbana na Teoria da Marginalidade de José Nun? Considerando a crítica do autor argentino às teorias da marginalidade que atribuíam determinadas características sociais aos grupos sociais que habitavam as diferentes formas de habitação precária simplesmente por compartilharem uma realidade ecológica, não surpreende o negligente tratamento da questão urbana na sua produção, a qual praticamente desaparece de sua análise em favor do estudo do mercado do trabalho. Para Nun e sua equipe (1968), o *slum* aparece como uma característica inevitável da industrialização e do desenvolvimento urbano. Não é, portanto, uma forma urbana exclusiva da América Latina, pois na industrialização europeia também esteve presente. O *slum* se encontra tanto em mercados autônomos como dependentes. Logo, o diferencial não é o *slum* em si próprio, mas sim as perspectivas reais de mobilidade de quem os habita, as quais estão extremamente limitadas, por razões estruturais, nos mercados dependentes.

O descuido da questão urbana nos textos de Nun não impedirá que o autor argentino desenvolva algumas reflexões em torno do papel político das massas marginais, porém estas cogitações terão um papel notadamente secundário no seu argumento. Não obstante, sua elaboração teórica começa como um esforço reflexivo dedicado à revisão de três tradições clássicas na literatura das ciências sociais: a de exército de reserva, a de pobreza e a das classes sociais (NUN et al., 1968). Nessa análise, orientada a delimitar conceitualmente a noção de marginalidade, o diálogo com a teoria das classes sociais na sua dimensão política será extremamente limitado.

Na contrarréplica de Nun (1971) aos questionamentos realizados por Fernando Henrique Cardoso (1970), o argentino

esclarecerá que o propósito de suas explorações conceituais não é meramente exegetico, mas sim prático: distinguir formas em aparência distorcidas de integração do sistema social e, ao mesmo tempo, contribuir ao desenvolvimento de estratégias revolucionárias que tomem em consideração a complexa fragmentação das classes subalternas latino-americanas. Declaração de boas intenções ou não, Nun (1971, p. 247) parece convencido da importância da teoria social para a definição de estratégias políticas: “Esta urgente tarefa de unificação reclama elaborações teóricas, ferramentas conceituais e estudos empíricos que fossem para além dos discursos de moda sobre o atraso e sobre a dependência”.

A massa marginal é para o autor, ao mesmo tempo, uma esperança e um risco. É uma esperança pela natureza das contradições potenciais que a constituem e pelos desdobramentos que essas contradições podem ter para a luta de classes. Mas é também um risco, pois na ideia de massa marginal está implícita a permanente desagregação da estrutura social. A inclinação particularista, localista e até corporativista da massa marginal, pela natureza diversa das causas e motivos de eventuais mobilizações, a poderiam levar a formas de luta, segundo o argentino, desviadas, desesperadas, populistas e manipuladas. A massa marginal, nesse ponto, não é diferente da massa de manobra das teorias dualistas da marginalidade. E, embora Nun reconheça que o fenômeno da marginalidade se poderia traduzir em formas originais de luta de classes, na prática, o que primária seria a incapacidade da massa marginal para transcender objetivos estritamente imediatos, formas de organização instrumentais e lógicas de participação subordinadas (NUN et al., 1968).

Polo marginal e marginalização em Aníbal Quijano

Aníbal Quijano se instalará no Chile entre 1966-71 como pesquisador principal do *Programa de Investigaciones sobre Ur-*

banización y Marginalidad, na divisão de Assuntos Sociais da CEPAL, mas construirá uma agenda de pesquisa bastante independente em relação ao organismo internacional. Uma de suas primeiras tarefas intelectuais será a crítica das tendências dualistas de explicação da marginalidade. Essas perspectivas não estabeleceriam uma relação significativa entre a situação social dos indivíduos, chamados “marginais”, e as tendências estruturais da sociedade, pelo qual a “marginalidade” apareceria como um atributo dos próprios indivíduos, assumindo, de maneira implícita, que não era necessário problematizar a própria sociedade como tal. Ficaria em evidência com isso, para Quijano (1970), a carga ideológica dessa linha de pesquisa, pois o apelo à “integração dos marginais à sociedade” pressupõe que a marginalidade não é um problema da estrutura da sociedade. Este enfoque empirista e meramente descritivo, segundo o sociólogo peruano, se limitaria à constatação da existência de determinados segmentos da população com determinadas carências e suas pretensões explicativas se esgotariam na descrição das características dessas populações.

No enfoque de Quijano, a “marginalidade” é um conceito que dá conta da inserção indireta, fragmentária e instável de crescentes segmentos da população no modo de produção capitalista dependente. Esses segmentos ocupam o nível mais dominado da ordem social. Logo, a situação de marginalidade é analiticamente independente dos indivíduos que a experimentam, pois é resultado das tendências próprias das relações de produção da periferia dependente. O objetivo de Quijano será, portanto, estabelecer as relações específicas entre o fenômeno da “marginalidade” na América Latina e o caráter dependente, desigual e combinado das formações histórico-sociais próprias do subdesenvolvimento capitalista.

A urbanização na América Latina é um processo dependente, ou seja, suas tendências e características mais destacadas estão marcadas pelas relações de dependência de nossas sociedades. Isto

se mostraria de duas maneiras: 1) nas mudanças no perfil da rede urbana em cada um dos períodos destacados de modificação do sistema de dependência; e 2) nos câmbios no conteúdo da sociedade urbana que habita essa rede ecológico-demográfica nos mesmos períodos.

Este sistema de relações de dependência, em interação com as singularidades da matriz histórico-social de cada uma de nossas sociedades nacionais, constitui um dos seus núcleos de fatores determinantes das tendências básicas de existência e de mudança. Não é possível, em consequência, explicar adequadamente o processo conjunto de mudança na América Latina, nem nenhuma das suas dimensões significativas, à margem desta situação histórica. O processo de urbanização em particular, não pode ser explicado, validamente, senão como parte da mais ampla problemática da sociologia da dependência latino-americana. (QUIJANO, 1967, pp. 2-3).

A história do fenômeno urbano na América Latina não poderia ser separada do fenômeno da dependência (QUIJANO, 1966). Nessa perspectiva, a história da América Latina é a história de sucessivas dependências, e cada uma delas deixou sua marca no desenvolvimento urbano. Na fase de capitalismo dependente da primeira metade do século XX, se experimentará um crescimento urbano dado pelo incremento da população nas cidades e pelo aumento do número de cidades. O processo de modernização, em geral, implicará uma modernização urbana que repercutirá na sociedade e na cultura urbana e tradicional. O limitado processo de industrialização estimulou não apenas o crescimento urbano, mas também a mudança de motivações e aspirações da população. Essas transformações foram superiores à capacidade da industrialização para satisfazer às aspirações e motivações desencadeadas.

O que caracteriza todas estas áreas que hoje concentram o processo de urbanização, seja em termos de cidade ou em termos de uma região inteira dentro de um país, é o fato de que todos os casos funcionam como autênticas cabeças de ponte das relações de dependência de seu país com as metrópoles externas, e como focos de concentração dessa relação e de seus grupos de poder correspondentes, em todas as ordens. (QUIJANO, 1967, p. 28).

Esta tendência em concentrar o desenvolvimento urbano nas zonas diretamente articuladas ao sistema de dependência, ou seja, onde se produz a expansão e câmbio da economia urbana, estimula a atração para estas áreas de população de outras cidades e localidades de maior subdesenvolvimento. Produz-se assim um desnível no interior das sociedades em termos de desenvolvimento e modernidade. Com isto, se consolida uma dupla dependência, pois o campo passa a ser dependente da cidade, amplificando e aprofundado o “colonialismo interno”.

Nessas condições, grande parte da população das zonas rurais e das próprias localidades semi-urbanas enclavadas nas áreas rurais, é lançada fora das estruturas ocupacionais e de relações econômicas, que tendem a se deteriorar mais rapidamente e a acentuar sua situação de crise já bastante estendida no tempo. Isto acontece precisamente no mesmo momento em que as taxas de crescimento da população dessas zonas tendem a alcançar índices muito elevados. Desse modo, a marginalização da população rural encontra uma saída na migração para as cidades e as áreas onde a economia urbana está em expansão, e nessas áreas só pode achar as condições restritivas do mercado de trabalho e do mercado em geral e é, de novo, marginalizada e, desta vez, definitivamente. (QUIJANO, 1967, p. 40)

O deslocamento da base agrário-extrativa da estrutura tradicional de produção para uma nova base industrial, com suas consequências no câmbio ecológico, nas relações demográficas entre o urbano e o rural, será entendido por Quijano (1968) como um processo de “urbanização da economia”. Esta dependência do urbano sobre o rural terá implicações culturais, já que estará acompanhada de um processo de “urbanização” do campo, entendida como a difusão de elementos culturais urbanos sobre o mundo rural. Essa visão contrasta radicalmente com a defendida pelos estudos associados ao “dualismo estrutural”, os quais enfatizavam a influência cultural rural sobre a formação das novas sociedades urbanas como consequências da migração. Confundia-se migração populacional com migração cultural, e salientava-se a “ruralização” de muitos aspectos da vida urbana.

Contudo, Quijano (1968, p. 7) não negará a influência recíproca entre cultura urbana e cultura rural, aliás, conceberá a cultura rural nas cidades como uma alternativa cultural, especialmente quando esta se expressa como afirmação da cultura indígena de certos países. Essa cultura rural permeará preferencialmente os setores populares. Assim, na cidade será possível encontrar:

Uma ‘cultura urbana dependente’ formada com modelos e elementos procedentes das metrópoles externas dominantes, [a qual] compete com uma ‘cultura urbana popular’ formada em grande parte com modelos e elementos chegados com a migração rural ou urbana tradicional, menos estruturada e menos influente na sociedade, e que forma a subcultura urbana dominada.

Os marginalizados do campo, ao chegarem à cidade, se encontram com o caráter restritivo do mercado urbano de trabalho dominante, o qual não dá conta das crescentes ondas migratórias nem das novas gerações de populares nascidos nas mesmas cidades. A industrialização dependente é excludente e sua lógica contém a

inevitabilidade da “marginalização” de amplos setores da população urbana, seja porque os deslocados não encontram um papel no novo sistema industrial, seja pela progressiva declinação de alguns ramos da atividade produtiva frente a outras de maior tecnologia e aos monopólios estrangeiros.

O processo de “revolução tecnológica”, operado no desenvolvimento capitalista do século XX, introduz um novo desequilíbrio entre os diversos ramos da produção, acentuando a desigualdade do desenvolvimento de vários setores da estrutura econômica. Essa revolução implicará também uma redução da mão de obra, que na América Latina se expressará especificamente pela existência de uma população excedente que não tem nenhuma possibilidade de ser incorporada ao setor mais moderno da economia ou “polo hegemônico”. É uma população que não tem nem a função de reserva, simplesmente sobra, tendo como única saída o refúgio nas áreas de menor produtividade e nas empresas de menor capacidade tecnológica e financeira. Existe um processo de marginalização de um conjunto de papeis e relações econômicas frente aos níveis predominantes de produtividade do sistema paralelo ao processo de marginalização da mão de obra.

Surge assim o “polo marginal” da estrutura econômica, configurado pelas ocupações de mínima produtividade e de baixa qualificação. Em outras palavras, as ocupações marginais cujo mercado é reduzido e instável e seus salários baixos ou limitados (sem prestações sociais).

O conceito de ‘polo marginal’ da economia permite mostrar que a mão de obra ‘marginalizada’ não é expulsa do sistema, nem se produz o que alguns economistas, dentro e fora da América Latina, concebem como um novo ‘dualismo estrutural’: a oposição entre um ‘setor integrado’ e um ‘setor marginal’. Pelo contrário, do que se trata é da acentuação dos desequilíbrios entre os vários níveis do sistema, pelo desenvolvimento ou, melhor, crescimen-

to de um nível cuja significação para as necessidades de produtividade dos setores nucleares do sistema é quase insignificante e que é, neste preciso sentido, ‘marginal’, e apesar do qual faz parte integrante do sistema considerado no seu conjunto e obedece à sua lógica histórica de desenvolvimento. (QUIJANO, 1970, p. 20-1).

O processo de “marginalização social” é produto de um conjunto de condições históricas dadas pela implementação de uma industrialização dependente e organizada de forma monopólica dentro de uma estrutura socioeconômica que combina desiguais níveis e relações de produção. A marginalização consiste na diferenciação crescente de segmentos da classe operária que ocupam posições precárias e instáveis no mercado de trabalho, as quais não têm significação para a acumulação capitalista. Quem sofre a marginalização teria uma existência marcada pela pauperização social, econômica e cultural e suas ocupações seriam apenas refúgios destinados à sobrevivência.

A situação de pauperização, como já dito, não é um atributo pessoal ou coletivo. É, sobretudo, uma cristalização da relação básica de dominação-marginalização, imposta na América Latina como condição mesma da existência e desenvolvimento do capitalismo na periferia dependente. Por isso, Quijano (1972b, p. 12), em contraste com a linguagem dualista da marginalidade, preferirá falar de marginalizados e não de marginais. Não se pode culpar aos marginalizados de sua própria condição de marginalidade. Não se pode, por um lado, segregá-los dos bens da cultura hegemônica e, por outro, culpá-los pela ausência de hábitos e disposições para o trabalho organizado, ou para as normas sociais modeladas de acordo com os gostos dos setores médios e burgueses.

Este sistema de instabilidade ocupacional e de refúgio em ocupações marginais constitui não uma condição ou uma característica

dos próprios indivíduos marginalizados, mas sim uma relação entre estes e a burguesia dominadora da sociedade. Esta relação, por sua vez, é diferente da qual se estabelece entre essa mesma burguesia e os trabalhadores ativos. No primeiro caso se trata de um sistema de exploração indireta, via exclusão dos ingressos e dos bens e serviços e de uma relação que implica a completa subordinação ao poder burguês; no segundo, de uma exploração direta, via extração de mais-valia.

Essa interpretação será chave na conformação do debate que se desenvolverá no Chile com Castells e parte da equipe do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano (CIDU). A leitura econômica da marginalidade será fonte e, até certo ponto, parte integrante da literatura sobre Movimentos Sociais Urbanos (MSU). Ao mesmo tempo, Quijano incorporará, na sua concepção do processo de marginalização, a experiência do Movimento de *Pobladores*, estudado pelo CIDU, abrindo espaço na sua interpretação estruturalista para as potencialidades da ação transformadora desse movimento social.

Segundo Quijano, a relação entre o Estado e os marginalizados flutua entre o assistencialismo paternalista (Promoção Popular), para amortecer os conflitos, e a repressão violenta, para submeter os descontentes, reduzindo a participação política dos marginalizados a uma posição subordinada que reforça a situação de marginalidade social. Porém, esta relação não supõe apenas dominação, mas também conflito, o que cresce na mesma medida em que a dominação se acentua. Além do mais, tanto a repressão quanto o assistencialismo implicam uma relação direta com Estado, que politiza automaticamente qualquer tipo de conflito desatado pelos marginalizados. Se os proletários lutam desde o interior mesmo da estrutura produtiva, os marginalizados o fazem desde a demanda de satisfação das necessidades básicas: habitação, alimen-

tação, serviços urbanos etc. Contudo, segundo o autor peruano (1972a, p. 22),

Esta peculiar situação dificulta o trânsito da consciência social, desde estes interesses de sobrevivência física, ao problema mesmo da dominação. Paradoxalmente, porém, as lutas dos marginalizados pela obtenção dos mínimos recursos indispensáveis, atingem imediata e diretamente certos aspectos importantes do regime de propriedade privada ao se apropriarem de terras urbanas para habitar. Sem afetar, necessariamente, os elementos centrais do sistema imperante de dominação dos recursos de produção, os marginalizados chegam, assim, a questionar, de modo empírico, o regime legal de propriedade em geral.

Ao mesmo tempo, os marginalizados introduzem no cenário das lutas político-sociais o elemento da violência, pelas próprias tomadas de terrenos ou pela constituição embrionária de milícias populares, no caso do Chile. Para Quijano, o movimento de *pobladores* chileno representa o caso onde o desenvolvimento das lutas dos marginalizados por habitação e serviços urbanos alcançou um nível mais alto de violência e organização, influenciando inclusive no restante dos trabalhadores. A constituição destes núcleos de poder relativamente autônomo dos marginalizados evidenciou o papel deste sujeito nas mudanças revolucionárias que prometia o governo da UP de Salvador Allende ou mesmo na defesa armada, junto ao resto dos trabalhadores, do Governo Popular:

Na hora da revolução chilena, assediada ainda por todos os perigos, desde a capacidade de revanche contrarrevolucionária da burguesia, até os riscos de imposição de um poder burocrático sobre a sociedade revolucionária, o desenvolvimento de tendências de construção de núcleos e de mecanismos de poder popular em alguns dos acampamentos revolucionários dos trabalhadores

marginalizados, não é de nenhuma maneira um elemento que se deva subestimar. Pela primeira vez neste país, aparecem embriões de poder popular-local, onde os *pobladores* e trabalhadores marginalizados podem participar efetivamente na decisão de seus problemas e de sua vida cotidiana, e não meramente existir como fator de apoio desde fora dos centros reais de poder político. Ali, estas tendências podem ainda servir como marcos e ponto de apoio para a luta dos dominados por controlar, em todos os níveis e de modo efetivo e não por mediação burocrática, os centros de decisão de seu destino. (QUIJANO, 1972a, p. 26).

Contribuições e limites da marginalidade em sua versão marxista

Apesar de José Nun e Aníbal Quijano terem percorrido caminhos paralelos de reflexão, no momento de decantar conceitualmente suas propostas analíticas, conseguiram se encontrar nas categorias de massa marginal e polo marginal. Estranha que essa proximidade nas suas categorias centrais não tenha se traduzido em colaboração teórica ao longo de seus trabalhos. Se Quijano vai reconhecer essa cercania conceitual, Nun (1999), em contraste, o fará parcialmente, classificando o conceito do peruano como mais descritivo. Qual conceito é tributário do outro? Em verdade, a resposta pouco importa; para os fins desta reflexão, é apenas relevante o parentesco entre as duas categorias e seu papel na compreensão dos movimentos de pobres urbanos na América Latina, particularmente no Rio de Janeiro e em Santiago do Chile.

A adjacência conceitual entre polo e massa marginal implicará que seus autores compartilhem méritos e limitações na sua abordagem da questão social urbana. Segundo Machado e Ziccardi (1983), a contribuição de Nun e Quijano foi a superação do tratamento a-histórico e estático da questão da marginalidade, introduzindo a ideia de que a própria dinâmica do sistema cria os grupos

marginais. Estes não seriam, portanto, estritamente “marginais”, senão mais propriamente “marginalizados” pelo sistema. Neste ponto, Nun e Quijano abriram caminho para a superação da questão da integração dos grupos marginais, estabelecendo as condições teóricas para dar um passo rumo à transformação da questão da marginalidade em uma problemática dos graus e formas de exploração da força de trabalho, através da introdução da discussão dos processos sociais que geram a “situação marginal”.

Apesar do viés econômico de Nun e Quijano na compreensão da problemática da marginalidade, segundo os já citados Machado e Ziccardi, nesta vertente da marginalidade se observa um processo de politização da problemática urbana. Assim, ambos autores podem ser considerados antecedentes da discussão que vai ser inaugurada com a escola dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU). Com Nun e Quijano, a marginalidade deixa de ser uma questão transitória suscetível de ser mudada com reformas sociais. Pelo contrário, a marginalidade se explica pela dinâmica própria do capitalismo dependente. Logo, a superação da marginalidade só é possível com a transformação do modo de produção.

Porém, como já dito, o tratamento da questão política da massa marginal é extremamente limitada no caso de Nun. Se, com seu conceito de massa marginal, rompe radicalmente com a explicação dualista da marginalidade, do ponto de vista político, o argentino termina por reproduzir as noções políticas das teorias que ele critica a respeito dos marginalizados, e a massa marginal, nesta dimensão, fica subsumida na ideia de massa de manobra. Em contraste, Aníbal Quijano incorporará à sua explicação do polo marginal a concepção de marginalizados radicais própria dos MSU. Contudo, estes desdobramentos políticos não se depreendem diretamente do corpus teórico central do autor. Aliás, o potencial disruptivo dos marginalizados é discutido por Quijano em um texto secundário como prólogo de um livro pouco conhecido: *Vidas Marginales*, de Carmen Pimentel (1972). É provável que

esta integração temática tenha sido possível pela proximidade do autor, por causa de sua residência em Santiago, com a experiência do Movimento de *Pobladores* chileno durante o governo Allende e com os autores dos MSU, que nesse mesmo período estudavam a ação dos *pobladores*, tendo como marco teórico, entre outros autores, os aportes do próprio Quijano.

Embora a ênfase de Nun e Quijano esteja mais na estrutura que na agência, para colocar em termos clássicos, as contribuições conceituais destes autores serão fundamentais para as análises que situarão os *pobladores* e favelados no centro de suas elaborações sociopolíticas e os considerarão atores determinantes para as transformações sociais no continente.